



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO
NA AMAZÔNIA – PPGDDA
PROCESSO DE SELEÇÃO DE DISCENTES 04/2023**

2ª FASE: PADRÃO DE RESPOSTAS DA PROVA DISCURSIVA

1ª Questão:

Observados os textos de BUCCI & COUTINHO (2017) e de FREITAS & BEVILACQUA (2016), responda:

- a) De que forma os arranjos jurídicos institucionais sobre inovação tecnológica podem se relacionar com a atividade financeira do Estado?
- b) Identifique o que é federalismo fiscal, destacando seu papel do desenvolvimento de políticas públicas e a crítica mencionada por Freitas e Bevilacqua de que a CF/88 promoveu “descentralização das receitas, porém não dos encargos”.

Critério	Nota Máxima	Nota da Pessoa Candidata
Adequação das respostas às perguntas formuladas. A resposta deve abordar os seguintes aspectos: - Compreender a dinâmica instrumental da atividade financeira do Estado para a realização de direitos, sendo o direito à inovação como integrante do rol de direitos fundamentais na CF/88; Atividade financeira do Estado como instrumento de financiamento de direitos fundamentais relacionados às políticas públicas inovação; (0,50) - A interação entre o financiamento de direitos e o direito fundamental à inovação deve ser implementado por políticas públicas de longo prazo a fim de estruturar um ecossistema de inovação por meio de arranjo jurídico institucional que envolva normas capazes de integrar assuntos díspares (como tributação e incentivos, patentes, compras públicas, licitações, financiamento, fundos públicos, criação e manutenção de parques e instituições tecnológicas, regimes de trabalho) no formação do ecossistema de inovação. (0,50)	1,0	
Compreensão da bibliografia indicada para a prova. A resposta deve abordar os seguintes aspectos: - Descrever que as políticas de inovação tecnológica se relacionam com o Direito pela necessidade de se estruturar um ecossistema de inovação por meio de arranjos jurídicos institucionais com demonstração por meio de exemplos do texto: impulso governamental associado a políticas públicas que criam as condições para empresas investirem em atividades inovadoras, bem como para interagirem entre si, com as universidades e com o próprio Estado); (0,50) - Descrever a necessidade de estruturar as formas jurídicas, atribuir papéis, e desenhar arranjos capazes de organizar e coordenar as diversas dinâmicas compartilhada entre atores públicos e players privados, descrevendo os desafios de coordenação governamental, aprendizado e aperfeiçoamento institucional e fomento da interação entre governo, universidade e mercado demandam a construção de projeto de longo prazo. (0,50)	1,0	
Adequação das respostas às perguntas formuladas.	1,0	



A resposta deve abordar os seguintes aspectos: - Compreensão da afirmação de que o texto constitucional, embora tenha outorgado significativas competências materiais aos entes subnacionais, não proveu suficiente estrutura financeira; (0,50) - Análise crítica. (0,50)		
Compreensão da bibliografia indicada para a prova. A resposta deve abordar os seguintes aspectos: - Conceito de Federalismo Fiscal (compreensão teórica e noção de aplicação); (0,50) - Relevância do federalismo fiscal para as políticas públicas. (0,50)	1,0	
Capacidade de expressão escrita, incluindo ordenamento lógico dos argumentos, clareza, concisão, fluência e adequação à norma culta do português escrito.	1,0	
TOTAL	5,0	

2ª Questão:

O espaço urbano é desigual e excludente em decorrência do sistema liberal de produção das cidades, onde o capital planeja a estruturação e comercialização do espaço formal. Ao passo que, o espaço informal é levado a ocupar áreas sem interesse comercial, via de regra, em terras públicas protegidas ambientalmente, em atendimento às necessidades de sobrevivência. O espaço informal vai se auto regulando pelas práticas de divisão e ocupação de lote, em arranjos familiares ou determinado por grupos ou entidades não governamentais, autoconstruído em uma “arquitetura popular”. Uma tipologia construtiva erguida com insegurança da posse e criatividade urbanística e sanitária.

Assim, se consolida o direito à cidade, insurgente e plural, à revelia do conceito acadêmico e contemporâneo de cidadania, que segundo José Rodrigo Rodriguez (2017), coloca em “xeque as fronteiras estatais como condição e limite para o exercício da cidadania no mundo de hoje.”

Com base nesta afirmação, discorra sobre de que maneira as ideias sobre cidadania-constelação corroboram para que a implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, ainda singela e tímida na visão de Raquel Rolnik (2001, apud Battaus e Oliveira, 2016), se torne efetiva no acesso à cidade e cidadania no contexto urbano atual.

Critério	Nota Máxima	Nota da Pessoa Candidata
A resposta deve abordar os seguintes aspectos: As diferentes formas de ocupação do espaço urbano e as transformações enfrentadas no mundo contemporâneo.	1,5	



<p style="text-align: center;">Compreensão da bibliografia indicada para a prova</p> <p>A resposta deve abordar os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">- Principais elementos que estruturam os conceitos de cidadania e direito à cidade; (0,5)- Limites e possibilidades para efetivação dos instrumentos de gestão democrática das Cidades; (0,5)- Perspectivas para garantia do direito à cidade com base nas ideias de cidadania-constelação; (0,5)- Alinhando as ideias do pluralismo das normas jurídicas para superação dos desafios da urbanização e cidadania. (0,5)	2,0	
Capacidade de expressão escrita, incluindo ordenamento lógico dos argumentos, clareza, concisão, fluência e adequação à norma culta do português escrito.	1,5	
TOTAL	5,0	